CENTRO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E FILOSOFIA POLÍTICA (CECJFP)

POLÍTICOS E TECNOCRATAS*

Presidente: THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI
Participantes: DJACIR MENEZES; ANTÔNIO GARCIA DE MIRANDA NETO; FRANCISCO GAMA LIMA FILHO; FERNANDO BASTOS D'ÁVILA

Presidente — Vamos iniciar os debates.

No Instituto, temos um Centro de Estudos de Ciências Jurídicas e Filosofia Política, que está sob a direção do Prof. Djacir Menezes. Ele programou uma série de mesas-redondas sobre os assuntos mais interessantes, que têm realmente produzido alguns resultados práticos.

Os resultados têm sido publicados na nossa revista. Ainda na última,** cuja publicação recebemos agora, sobre "Poder e Legitimidade", tivemos ocasião de debater os assuntos mais curiosos e atuais.

Na de hoje, voltamos a um tema já muito discutido e debatido. Eu mesmo escrevi um artigo, na revista do Instituto de Ciências Políticas, sobre "Política e Tecnocracia". Nele, abordava alguns aspectos do problema, sem maior profundidade, naturalmente; parece-me que é um tema que merece ser renovado e abordado sob aspectos diferentes.

Imaginamos, então, reunir diversas personalidades capazes, com competência para opinar, de um lado e de outro, como tecnocratas ou como políticos, para dizerem o que pensam sobre o problema. Há esses dois aspectos variados. Evidentemente, não se pode imaginar um governo de tecnocratas. Mas existe sempre um problema de solução difícil: no fundo, o que se discute nessas controvérsias é sobre quem detém o poder de decisão, se o técnico ou o político.

Depende muito, naturalmente, das circunstâncias, o aspecto de que ele se reveste: se é o traçado de uma estrada, se é a localização de uma usina,

* Mesa-redonda realizada no dia 29 de setembro de 1975.
** *RCP*, v. 18, n. 1, jan./mar. 1975.

ou de um pólo econômico. Mesmo que seja um pequeno problema, os políticos também querem decidir, porque há interesses políticos envolvidos nele.

Há problemas grandes que, realmente, são casos em que o técnico tem que opinar; não se exclui o político do ato decisório, porque envolve muitas vezes assuntos de interesse nacional. Enfim, é o que vamos debater. Não quero me adiantar. Muito se tem discutido este tema.

Vou começar os debates, dando a palavra a quem quiser iniciá-los.

O Deputado Gama Lima pediu para falar no fim.

Djacir Menezes — Sr. Presidente, desejava apenas encaminhar.

Presidente — Perfeitamente. Vou dar a palavra ao Prof. Djacir Menezes, para encaminhar os debates.

Djacir Menezes — Apenas para acrescentar uma pequena consideração. Como diz aqui a nota distribuída, estas teses que o Centro apresenta, já revistas e referendadas pelo diretor do INDIPO, são o pretexto para abordagem da questão. Quer dizer, qualquer um pode e deve levantar novas interrogações sobre o assunto; a liberdade de sugerir e debater não se restringe às proposições oferecidas.

Presidente — Não quer aditar mais alguma coisa ao que eu já disse?

Djacir Menezes — Teria prazer em acrescentar mais alguma coisa se estivesse presente o Prof. Glycon Paiva, porque não esconde uma certa — eu ia dizer ojeriza, mas não é bem isso — indisposição contra o fato de a faculdade decisória estar sendo cada vez mais absorvida pelo técnico, em detrimento de decisões que se tomam na área política, no bom sentido da palavra.

Quem leu essas teses apresentadas já teve uma idéia aproximada dos nossos propósitos: a transferência do poder decisório, de natureza essencialmente política, para os representantes do pensamento científico instalados nos escalões administrativos.

Este me parece o ponto mais delicado do problema; prefiro, então, ouvir as considerações que têm a fazer os que participam da mesa.

Presidente — Prof. Miranda Neto, quer começar?

Antônio Garcia de Miranda Neto — Desejaria fazer apenas uma consideração preliminar, antes de entrarmos no assunto.

A minha condição de professor mais velho, em bancas de exame, faz com que seja o primeiro a falar; estou a isso acostumado. Começo, pois, o debate.

Em 1948, estive em uma conferência internacional de econometria, em Cleveland, Ohio. Um economista, que sempre apoiava a tecnocracia nascente, fez a seguinte declaração, que nunca esqueci: "Há economistas que propõem: vamos fazer isto, que é economicamente *certo*, apesar de politicamente *errado*." Minha experiência mostra que o politicamente errado, também é economicamente errado. Cito de memória, mas não traio a citação. Seria um ponto de partida. Seria um primeiro ponto.

Segundo, trago um aditamento para a discussão. Um dos criadores da teoria geral dos sistemas, economista que virou sociólogo, até certo ponto

tecnocrata, pois foi um dos elaboradores do Plano Marshall, faz uma afirmação curiosa em um artigo intitulado "Teoria Geral dos Sistemas-Esqueleto da Ciência". "Os especialistas — diz ele — criaram o seu jargão científico e vivem cada um dentro de sua toca, como se fossem eremitas, falando uma língua que só eles entendem. Não há entre cientistas e técnicos, de um modo geral, a comunicação interdisciplinar necessária à formação de um ponto de vista superior e geral. Cada um fica "bitolado", por assim dizer, pela sua técnica. Por exemplo: um engenheiro projeta uma usina, mas não se lembra que pode provocar um grande prejuízo ecológico. Não consulta o ecologista. E se consultasse talvez estivessem falando linguagens diferentes. Outro projeta uma barragem, e é a mesma coisa. A barragem de Assuã foi um grande êxito tecnológico, mas foi de certo modo um desastre político. Acabou com a pesca da sardinha no Mediterrâneo. É pena que o Prof. Glycon de Paiva não esteja aqui, para acrescentar seu comentário. A pesca litorânea era grande fonte de renda para o Egito. O "presente do Nilo" de que nos falava Heródoto está ameaçado. O limo que o Nilo deixava nas margens, quando se recolhia ao leito, hoje se deposita todo no fundo da bacia da barragem, e as terras se tornaram estéreis. Esse é um problema. Seria necessário um especialista em idéias gerais, capaz de somar ou melhor de integrar esses esforços todos.

Presidente — Seria o político?

Antônio Garcia de Miranda Neto — Deveria ser o político. Mas, em primeiro lugar seria preciso "definir" termos.

Poderá alguém estar discutindo "com" determinados termos e "sobre" eles, sem lhes saber exatamente o significado. James Joyce, em *Ulysses* — e mais ainda em *Finnegans waye* — mostra-nos o perigo contido no uso das palavras. Sua linguagem às vezes se torna tão incompreensível que há críticos que atuam como verdadeiros "detetives" para ir buscar o sentido de um vocábulo. Umberto Eco faz um verdadeiro *tour de force* para descobrir que o "Mandrake" a que Joyce se refere em um texto (que aparentemente nada tem a ver com histórias de quadrinhos) é o mesmo Mandrake o mágico dos *comics*. Cito Joyce para mostrar que as palavras, mal-empregadas são terrivelmente perigosas. No jargão de certos especialistas é preciso, às vezes, técnica de 007 para descobrir o que querem dizer.

Pergunto então: qual a verdadeira definição, ou melhor, qual a melhor definição operacional de "tecnocrata" e de "político"? Haverá verdadeiramente um "tecnocrata"? Em outras palavras, o Governo efetivo de uma comunidade poderá estar totalmente nas mãos do técnico ou ele apenas insinua ou aconselha? E quando o técnico assume posições políticas não se estará transformando, ele mesmo, em político?

Temos visto economistas e engenheiros que assumem posições políticas...

Djacir Menezes — Sem a experiência do trato com o problema político.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Exatamente, sem essa experiência, vendo as coisas como que de uma "torre de marfim".

Djacir Menezes — Uma manipulação dos interesses dos homens.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Será pois nesse caso que se haverá, inicialmente, de definir os termos. Será o político um especialista em idéias gerais? Talvez não o seja em idéias gerais, mas sim em experiências gerais. Traquejo com os homens que lhe dê uma visão, uma largueza; mal ou bem, ele terá uma experiência, uma vivência.

Presidente — Que diz o Deputado Gama Lima Filho?

Francisco Gama Lima Filho — Sr. Presidente, gostaria de fazer uso da palavra por último, como lhe havia solicitado.

O Prof. Miranda Neto foi muito oportuno, em seu ponto de partida, trazendo-me o estímulo para uma primeira interferência motivada pela felicidade e pelo brilho de suas observações. Foi muito oportuno tomar como ponto de partida a fixação dos conceitos de tecnocracia e de política.

É profunda a força da evolução semântica. Se falarmos, por exemplo, em *demagogia* ou em *demagogo,* somos todos dominados pelo conceito pejorativo que impregna tais palavras; deixando de lado o seu primitivo significado de "ensino do povo" e "professor do povo".

Tecnocracia, segundo nossos dicionários, é governo dominado pelos técnicos com o abandono freqüente dos aspectos humanos, políticos e, até mesmo, éticos.

Entendo, portanto, que para o início dos nossos comentários é fundamental a clareza dos conceitos.

Do mesmo modo, há que se deixar bem nítido o significado de *política,* a "filha da moral e da razão" — a busca, o encontro e a adição das melhores soluções para os problemas da coletividade, rumo ao bem comum, por todos almejado.

Sua introdução, Prof. Miranda Neto, parece-me muito oportuna, pois ouvi, de um antigo senador, feito ministro, chamado Simões Filho, o seguinte: "O político é o técnico em idéias gerais." Não teria tido tempo de aprofundar-se em cada ângulo, em cada setor, em cada segmento, porém possuiria sensibilidade para compreender o povo.

Parece-me, portanto, fundamental conceituarmos "tecnocracia e política", para, depois, buscarmos o debate. Isso se me afigura da mais alta oportunidade, para que haja uma permeabilização, a que se refere o Prof. Djacir Menezes.

Fernando Bastos D'Ávila — Preferiria fazer uma distinção prévia entre tecnocracia e tecnologia. Entendendo tecnologia como a capacidade da aplicação prática dos resultados da ciência. E tecnocracia como sendo esta tecnologia investida do poder administrativo. As duas coisas são importantes, mas nós estamos nos referindo, aqui, à tecnocracia.

Quanto ao conceito de político, referindo-me à realidade concreta, não associaria a idéia do político à do especialista em idéias gerais. Para mim, o político se apresenta mais como homem, que pela sua formação, é um exemplificador das aspirações daquela coletividade que ele representa. É um homem que, de tal modo emerge dessa coletividade, mantém com ela tanta sintonia, é capaz de explicitar, em projetos e leis, aquilo que o povo vive, surdamente, sofre e aspira.

Com essas duas categorias explicitadas, tenho a impressão de que o problema realmente levantado, neste simpósio, dependeria da maneira pela qual veríamos um possível desfecho desse fato, que é real e a que estamos assistindo, nas sociedades mais avançadas, do poder cada vez mais dominado pela tecnocracia. Qual será o desfecho? Se for benéfico, vamos deixar que o processo continue. Mas se for possível entrever um desfecho fatal, tenho a impressão de que a nossa reflexão é da maior urgência. Pessoalmente, acho que o desfecho possível desse fenômeno, isto é, dessa evolução, pela qual crescentemente a tecnocracia assume a capacidade decisória — e, portanto, elimina todo aquele aspecto de explicitação das aspirações reais de uma coletividade — é sinistro.

Acho que se esse processo de dominação crescente do poder decisório pela tecnocracia for adiante, o desfecho possível seria o que chamaria de a mais formidável alienação popular que jamais existiu. Poderia, mesmo, exprimir em duas palavras: seria a forma mais monumental daquele *panis et circenses*. A tecnocracia se reserva o poder de decidir, e oferece ao povo, a sociedade de consumo e a sociedade de espetáculo...

Antônio Garcia de Miranda Neto — Consumo e lazer.

Fernando Bastos D'Ávila — Não é só o lazer. É reduzir o povo à condição de um público espectador de decisões tomadas por uma tecnocracia hermética, que é capaz, inclusive, como bem lembrou o Prof. Miranda Neto, de elaborar uma linguagem exotérica só acessível aos iniciados, por cooptação. É uma nova forma dos sacerdotes egípcios que dominavam o poder porque só eles possuíam a ciência noturna, a astronomia, da qual dependiam as colheitas.

O grande risco possível desse processo é caminharmos para a mais formidável alienação, diante da qual as formas marxistas de alienação são extremamente episódicas, insignificantes, menores.

Djacir Menezes — Já preparada pela massificação.

Fernando Bastos D'Ávila — A massificação também é um processo de manipulação que reduz o povo à condição de espectador do desempenho tecnocrático.

A tecnocracia tem hoje um trunfo nas mãos, que é a extrema complexidade com que os problemas hoje se apresentam. A cultura tecnológica criou problemas tão complexos que agora é impossível resolvê-los sem o recurso à mesma tecnologia. Ora, a tecnocracia se apresenta como a única alternativa política para utilizar racional e eficazmente a tecnologia. Um exemplo apenas: depredamos e poluímos o ambiente a tal ponto que só

com sofisticada tecnologia é possível recuperá-lo. A tentação de nos rendermos à tecnocracia é uma tentação permanente.

Para retomar o fio lógico do raciocínio, perguntaria: se esse desfecho é possível e provável, que reflexão poderíamos encaminhar no sentido de prever uma solução?

Vejo essa solução muito na linha da segunda indagação formulada no texto que nos foi oferecido como pauta de nosso trabalho. "Não cabe à ciência política o papel importantíssimo de converter o 'juízo técnico' em 'juízo político'?" Creio que aqui se encontra a chave da solução. Dada a enorme complexidade com que hoje os problemas se apresentam, cabe à tecnocracia formular as alternativas técnicas, mas cabe ao juízo político fazer a opção entre elas. Entendo aqui por juízo político, aquele que é feito por homens identificados com o povo, em função do qual se fazem todas as mudanças, todas as reformas, todas as transformações tecnocráticas.

A esse respeito, permito-me fazer uma segunda observação. A tecnocracia opera à base da eficácia, como critério supremo. Isto a tem levado a soluções desvairadas. A tecnocracia nazista exterminou judeus e criou campos de concentração. A tecnocracia soviética stalinista, para implantar uma reforma agrária, aliás fracassada, massacrou um milhão de Kulaks.

Para que a tecnocracia possa oferecer ao juízo político alternativas humanas é necessário que, acima do critério da eficácia, ela aceite a primazia da ética.

Já tínhamos chegado a essa conclusão num primeiro simpósio orientado aqui pelo Prof. Djacir Menezes sobre a temática do positivismo jurídico e de suas limitações sentidas dramaticamente no julgamento de Nuremberg.

A esse propósito, ocorre-me lembrar uma conclusão extremamente interessante, que resultou do último Congresso do Clube de Roma, do qual participei no ano passado em Berlim.

Chegou-se ali à conclusão, que foi talvez o ponto alto do Congresso, de que a solução dos problemas modernos com que se defronta a humanidade não é condicionada só por limites inferiores, tais como a escassez de recursos, os processos retroalimentadores que bloqueiam o processo, mas também por limites superiores que reduzem tão severamente as possibilidades de desenvolvimento quanto os limites inferiores, limites superiores que são constituídos pela pressão de antivalores éticos que excluem as possibilidades de alternativas viáveis.

Tenho a impressão de que essa segunda idéia, a da necessidade de restituir à ética o seu valor sobre a tecnocracia, é outra linha de reflexão que merece aprofundamento.

Enfim, há uma terceira linha de reflexão, na qual vejo uma alternativa da maior importância para esse fenômeno da possível grande alienação como desfecho da sociedade tecnocrática. Ela se inspira no que a doutrina social da Igreja chamava de Princípio da Subsidiariedade. O Estado não deve fazer por si aquilo que pode ser feito pelos grupos intermédios. Cabe ao Estado fazer o grande plano que enquadre e estimule as iniciativas e a criatividade dos núcleos, mas não cabe a ele substituir-se

a esses grupos intermédios, sejam eles a comunidade empresarial, a comunidade urbana, a comunidade rural. Acho que a grande alternativa para a sociedade de consumo, caminhando para o processo de alienação tecnocrática, seria a de estimular a liberdade e a criatividade dos grupos primários, dos grupos particulares, dos grupos intermediários, que envolverão toda a população, inclusive no processo político, cuja explicitação final será deferida àqueles líderes que eles escolheram como, eventualmente, mais representativos das suas próprias aspirações.

Francisco Gama Lima Filho — O Pe. Fernando Bastos D'Ávila acaba de nos propiciar a introdução, a conceituação e o rumo dos debates que estávamos aguardando, após a exposição introdutória do Prof. Miranda Neto, que é a fixação de rumos para um debate do mais alto significado. Eu só me permitiria, dentro da sua observação, no que concerne a distinguir tecnologia e tecnocracia, dizer que foi colocado o elemento básico para nosso raciocínio. Sem dúvida, isso era fundamental. Agora, na interpretação do político como simples espectador...

Antônio Garcia de Miranda Neto — Não, explicitador.

Francisco Gama Lima Filho — Explicitador? Então, eu ouvi mal. Nós entenderíamos esse político como intérprete, como diagnosticista e como um terapeuta na hora precisa. De forma que aí parece-me que estamos 100% de acordo. Ao Pe. D'Ávila cumprimentos, sob todos os aspectos, inclusive quando evocou a doutrina social da Igreja, como antigo democrata-cristão que ainda continuo a ser, para dizer que aí está o ponto de partida para buscar essa permanência no plano da ética, dos valores essenciais por que me bato. Para abrir debate ainda mais amplo, faço a pergunta:

"Que julgam da tendência ideológica que pretende reduzir o político a mero executivo das deliberações científicas? E da tendência que subordina as decisões políticas às soluções *aconselhadas* pela pesquisa e estudos tecnológicos?"

Nesta parte, já que a pergunta foi formulada com muita meditação, permitir-me-ia trazer este contributo para motivar a discussão, sem absolutamente outro objetivo senão o de coletar informações. Julgo que essa *tendência* já não é mais uma *tendência*, porque ela está presente em todos os momentos e se foi acentuando nos últimos tempos, inclusive no Brasil; marchou para o planejamento, em série de planos, que vem desde o "Plano Salte", até os que se encontram em andamento. Considero que não se trata apenas de "tendência que pretende reduzir" a ação política. No momento ela está realmente invadindo — e com muita coragem — o campo da ação política e administrativa e está presente a cada instante.

Agora, nós a interpretamos — já que aqui se pergunta "que julga da tendência" — como uma curiosa forma de ação de determinado grupo, que não podendo firmar-se através da projeção vinda das eleições, dos prélios em que o povo pode manifestar-se, vem então exercer o poder com uma fórmula muito sutil, emanada de fontes diversas.

Reconheço que tal tentativa objetivou evitar os excessos da política tradicional, em busca de soluções, nem sempre as melhores. Mas essa própria tendência ideológica é uma fórmula simplista de se exercer o poder, de governar, através do que, normalmente, no sistema democrático seria a manifestação do povo. Então surgem os chamados "tecnocratas", alguns deles evidentemente apreciáveis, com conhecimentos técnicos, com parcelas ponderáveis de poder, que se exercem sem terem de passar pelo filtro e pelo sacrifício que é a disputa nas urnas. Este é outro aspecto que nós consideraríamos neste momento.

Agora, uma feliz, prudente e sábia consociação haverá naturalmente de se fazer entre a *tecnologia* (e não a tecnocracia) e a *política*. Vimos na fala do Pe. D'Ávila, realmente, a fixação dos rumos, sobretudo na busca da presença dos valores éticos.

Essas são as observações iniciais que nós nos permitiríamos fazer, com o único propósito de movimentar um pouco mais o debate, provocando os ilustres professores que aqui se encontram.

Presidente — O senhor falou em Plano Salte, mas o problema aqui é mais difícil, porque é a possibilidade de o poder político estar aparelhado a rever, a fazer novos planos sobre esse plano preparado pelo Poder Executivo, pelos tecnocratas. Este é um ponto, a meu ver, muito difícil de perfurar, isto é, saber até onde vai o poder do tecnocrata ou o que devem os políticos aceitar dos tecnocratas, do poder de decisão dos tecnocratas. Este, a meu ver, é um ponto sensível, porque há uma parte que, evidentemente, o técnico pode fazer.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Cabe neste ponto uma pergunta: quem planeja o planejador? Esta é uma grande interrogação e tenho, nos últimos tempos, meditado muito sobre ela.

Presidente — Em linhas gerais, é fácil responder, mas colocando o problema na prática é diferente.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Levando à caricatura o que disse o Pe. D'Ávila, uma solução esplêndida seria fuzilar todo o marginal do Terceiro Mundo. Resolvia-se o problema populacional, resolvia-se o problema da repartição da riqueza, os computadores e os robôs tomariam o lugar dos trabalhadores. Estou fazendo uma caricatura, mas o tema já foi abordado também de forma caricatural em um romance norte-americano.

Todo indivíduo que tingisse os 65 anos de idade era morto, para evitar a sobrecarga social. Se alguém já pensou em evitar a carga da velhice, conseqüentemente, pode-se pensar em evitar a carga do Terceiro Mundo. Estou falando em *science fiction*.

Djacir Menezes — Há o caso das tribos na Austrália, onde se suprimiam os velhos.

Presidente — É preciso que cada vez mais os políticos procurem se aperfeiçoar no estudo da tecnologia, procurem se aprimorar.

Fernando Bastos D'Ávila — Sobre essa pergunta "até onde vai o poder do tecnocrata", queria elaborar mais aquilo que disse. Não estou pensando nostalgicamente na volta de um passado, no qual os problemas nacionais

eram tratados por uma política retórica, que tudo resolvia por meio de brilhantes discursos.

Acho que realmente chegamos a um momento em que os problemas são graves demais para serem tratados retoricamente.

Acho, assim, que existe realmente a necessidade de um equacionamento técnico dos problemas, que elabore as alternativas entre as quais caberá ao político fazer a opção. Associo aqui ao político a noção de estadista, que conota a idéia de uma sabedoria política adquirida pela experiência, sabedoria que nenhuma técnica pode suprir. A opção política será assim o resultado da racionalidade do técnico, da experiência do estadista e da sensibilidade do político.

Francisco Gama Lima Filho — À falta de planos — disse-nos um colega que nos assessorava, há 10 anos — o Brasil jamais deixaria de ter progredido. Desde o Plano Salte até agora, relacionados os vários "planos", comprovamos uma riqueza de planos e projetos. É claro que nós sentimos que o embasamento técnico, os técnicos e especialistas são fundamentais, mas que sejam oferecidas opções em seu trabalho; ao político, por sua vez, cabe escolher a opção que lhe pareça mais consentânea que, a meu ver, não pode ser formulada como sendo única, inarredável.

Presidente — Uma outra observação: é que muitas vezes, a solução, a escolha da opção não é do político, do indivíduo político. É de uma corporação política, quer dizer, um grupo mais ou menos numeroso do Congresso, das Assembléias. E essa não tem essas qualidades apontadas de experiência. Essa tem a parte emocional, a parte de interesses, ponto perigoso, a meu ver. E nós, muitas vezes, temos sido vítimas dele.

Djacir Menezes — Parece que, na raiz, ninguém pode negar isso. É quase que o abc. É o descobrimento do industrialismo que, de certa forma, colocou em cheque as lideranças mais ou menos antigas, exigindo técnicas cada vez mais na estreita dependência desses *stracta*. Por tecnocratas eu compreendo apenas aqueles que absorvem capacidade decisória, de natureza governamental. Aquele que se insere na estrutura governamental e passa a ter uma ação decisiva na direção dos acontecimentos. Como ele é técnico, tem uma certa insensibilidade ao lado propriamente humano do problema. Este compete ao político, que deve ter um conhecimento humano, devido à manipulação de interesses diretamente ligados à população.

De modo que o político deveria estar muito ligado a esse aspecto. No entanto, é comum que esteja exageradamente preocupado com o sufrágio eleitoral e com uma série de interesses que perturbam completamente a sua visão científica — se porventura ele a tem — do problema. Às vezes sacrifica um tratamento científico do processo social às exigências mais ou menos diretas e imediatas de seu sucesso pessoal. Este, para mim, é o problema.

Não sei se esta criatividade tecnológica está ligada portanto a estratos que tendem a gravitar para o poder, se ela não deforma o processo político — no sentido em que nós o estamos compreendendo, de atenção às necessidades mais plásticas e humanas.

Diante da sua observação, o que me veio à mente, quanto à essência da tecnocracia, foi o tecnocrata aspirando cada vez mais ao mundo, e procurando se colocar dentro da entrosagem governamental, eliminando o político, pelo seu conhecimento mais ou menos ligado às práticas inferiores da atividade eleitoral e passível de envolvimento no processo. De maneira que de ambos os lados há deficiências graves que impedem uma solução.

Fernando Bastos D'Ávila — Tenho a impressão de que o trunfo maior de que dispõe a tecnocracia é a engenharia social, pela qual se propõe equacionar teoricamente os problemas humanos e sociais que ela mesma gerou. E ela está em vésperas de partir para uma engenharia política, para envolver o quadro decisório num mero equacionamento tecnocrático.

Francisco Gama Lima Filho — Perfeitamente. Já viram a engenharia curricular? São os engenheiros políticos.

Djacir Menezes — Seguindo este raciocínio chega-se a um partido unitário, o indivíduo-títere, manipulado por decisões estranhas, que lhe movem o automatismo.

Fernando Bastos D'Ávila — É o que estou dizendo. É a alienação total do povo, reduzido à condição de espectador passivo da *performance*, do desempenho de uma tecnocracia hermética.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Isto oferece um grande encanto. Posso trazer aqui um testemunho. O de Thorstein Veblen.

Afirmava que o mundo seria muito mais feliz se dirigido por um "soviete de engenheiros." O analista maior da *conspicuous consumption* achava que o mundo seria mais feliz dominado por um "soviete de engenheiros". Não deixa de ter sua lógica.

Fernando Bastos D'Ávila — Se o ponto em discussão agora é a validade de uma engenharia política, através da qual os tecnocratas poderiam definitivamente excluir a política, como sabedoria, do panorama das decisões, julgo oportuno denunciar o risco de um enorme equívoco subjacente à idéia mesma de uma engenharia social e política. O equívoco reside na pretensão de poder reduzir o fato social a um determinismo rígido, mecanicístico. Se o fato social fosse redutível a um tal determinismo, então realmente seria matéria de uma engenharia social, de uma engenharia política. Mas acontece que o fato social leva em si mesmo um fator de indeterminação, a liberdade, que é inequacionável.

Por isso ele nunca será suscetível de ser enquadrado plenamente por aqueles que trabalham à base de hipótese determinista. Ele é de fato matéria do político que trabalha, ao menos teoricamente, à base de sensibilidade, e portanto de auscultação, de presença e de explicitação, daquilo que é vivido e por isso mesmo indeterminado na realidade social.

Mesmo que a engenharia social possa trazer vantagens para o equacionamento dos problemas, ela nunca poderá ser o substituto definitivo da sabedoria política.

Djacir Menezes — Quer dizer, no processo industrializante, com a atomização dos indivíduos, prepara-se o cimento para uma construção social do tipo totalitário.

Francisco Gama Lima Filho — E monopartidário.

Fernando Bastos D'Ávila — Assim, vemos que o problema em pauta transcende os limites dos sistemas e dos regimes. Não é um problema apenas das sociedades ocidentais. Estou convencido de que a sociedade soviética, hoje, caminha exatamente no mesmo sentido; no qual de certo modo está muito mais avançada, porque é uma sociedade alienada na mão de uma tecnocracia e que procura legitimar-se oferecendo *panem et circenses*.

Antônio Garcia de Miranda Neto — ao lado da política e da tecnocracia, há ainda a plutocracia a considerar. Há grupos de pressão. Ainda agora um dos diretores da United Fruit foi conivente na corrupção de vários políticos sul-americanos e acabou se suicidando em Nova Iorque. Isso nas *banana's republics*. Na Itália, porém, a mesma empresa foi conseguir o monopólio das bananas, gastando não sei quantos milhões de liras. E ninguém reclamou. Então há um terceiro poder, ao qual se submete às vezes o próprio poder tecnocrata.

Esses grupos de pressão, em geral multinacionais, têm tal possibilidade de pressão que podem se transformar em grupos políticos.

Presidente — E nacionais também.

Francisco Gama Lima Filho — Os grandes grupos imobiliários.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Certa vez, eu defendi uma tese um pouco louca, em minha aula na Faculdade de Arquitetura, da Fansa, e os alunos me deram razão. O PIS, o PASEP, o Fundo de Garantia representam milhões, que poderiam ser empregados na infra-estrutura da cidade. Poder-se-ia fazer o que a França fez: adquirir grandes áreas, próximas às grandes cidades, por preços agrícolas, e fazer residências para a classe baixa e média, sem o peso da especulação imobiliária.

É um problema tão sério na própria Rússia, que há um certo tipo de especulação imobiliária com o mau uso da terra. Em um país onde não há propriedade privada, com grandes áreas, trata-se o problema como se fosse um país pequeno. É a mania de juntar tudo. Uma superestrutura concentrada exige uma infra-estrutura enorme e cara. No fim, a coisa não funciona, principalmente na circulação e no tratamento dos resíduos.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Mas este é um problema *a latere*, nem deveria entrar aqui.

Francisco Gama Lima Filho — O problema crucial do momento, sobre o qual é delicado falar, é o do contrato de risco envolvendo a exploração do petróleo. O Brasil assinou com outros países, por intermédio da Braspetro, o famoso contrato de risco, para pesquisa de petróleo. Se sugerirmos medidas governamentais e tocarmos em contrato de risco, haverá um verdadeiro abalo sísmico, do ponto de vista político, com que se tentará sacudir o País todo. Provavelmente graças à profunda campanha em que se apresentará à consciência popular uma distorção dos fatos.

Antônio Garcia de Miranda Neto — O contrato de risco seria a coisa mais normal, mais defensável, desde que cercado de garantias contra uma possível tentativa de corrupção.

Djacir Menezes — Há uma observação do Pe. Ávila que achei muito interessante. Diz ele que a mentalidade burocrática converte, freqüentemente, o problema político em problema administrativo. Gostaríamos de acrescentar que a mentalidade do tecnocrata converte o problema administrativo num problema puramente científico e a paisagem social desaparece.

Francisco Gama Lima Filho — Pelo que entendi, marchamos para uma "engenharia social," verdadeira "engenharia política", sob todos os aspectos. Planejaram-se bairros e se continua a planejar uma série de cidades, sobretudo com a assistência de engenheiros, arquitetos e alguns sociólogos. Dei o exemplo do psicólogo. Agora, estão pensando em educadores. Podemos ver a poluição social que ocorre no mundo inteiro, principalmente nos grandes centros, com todos os riscos sociais, sobretudo com uma dolorosa estratificação de conjuntos habitacionais para industriários, bancários etc. Há aspectos graves nesse complexo, como por exemplo a verdadeira mania de impregnar tudo de engenharia, esquecendo-se dos problemas fundamentais de sentido moral e humano. Talvez a sensibilidade política, com a assessoria de educadores, sacerdotes, pastores pudesse evitar o problema da criança abandonada, do adolescente desajustado, em que se enquistam certas dificuldades aparentemente insuperáveis. Qual a mentalidade de um grupo que se aglutina numa "Cidade de Deus"? O mesmo acontecerá com o complexo da Barra da Tijuca, que se pretende transformar em castelos de rico.

A tecnocracia e sua evolução podem engendrar, ao longo do tempo, quase um monstro sociopolítico, que marchará para a engenharia política, ou engenharia social. A tecnocracia, impregnando-se de ideologias ou destruindo-as pode ser um dos principais elementos a agravar ainda mais a situação da humanidade, ao invés de melhorá-la.

Isso constitui uma ameaça ao próprio destino da humanidade.

Presidente — Vamos prosseguir. Parece-me que o Pe. Fernando Bastos D'Ávila quer falar alguma coisa sobre a segunda pergunta de nosso tema.

Fernando Bastos D'Ávila — Minha resposta a esta segunda indagação seria no sentido afirmativo.

Francisco Gama Lima Filho — Parece-me que, quanto à segunda pergunta, há uma concordância entre todos nós. A resposta só pode ser afirmativa. Não há outra.

Permita-me, Sr. Ministro, uma observação à margem, dentro desta resposta afirmativa. Quantos técnicos maravilhosamente qualificados, levados para a política, para uma Câmara ou para uma Assembléia Legislativa, lá se vêem totalmente impedidos ou bloqueados, porque não têm nas mãos o poder decisório que tinham no Poder Executivo. E vão falhar, porque não conseguem interpretar, do ponto de vista político, aquilo de que precisariam para uma consociação de idéias entre a técnica e a política. A esse respeito, poderíamos citar vários casos.

A resposta, portanto, terá que ser "sim".

Antônio Garcia de Miranda Neto — Os dois partidos que existem no

Brasil estão querendo criar uma assessoria técnica, para esclarecimento. E também assessorias sociais e políticas, a fim de serem estudados mais a fundo os problemas. E, também, para evitar a "picaretagem", como se diz, o "coronelismo", que ainda existe em muitos lugares do Brasil.

Às vezes a demagogia vence os valores positivos.

Djacir Menezes — É o processo tecnocratizante como elemento nebulizador do proceso democrático.

Francisco Gama Lima Filho — Quanto à terceira pergunta, o Pe. Fernando D'Ávila já se antecipou, dizendo que essa invasão pode chegar àquele monstro sociopolítico, já apontado.

Antônio Garcia de Miranda Neto — O ponto de equilíbrio está nisso: cabe ao técnico elaborar as alternativas e ao político fazer a opção entre elas. O Pe. D'Ávila lembrou muito bem um ponto a que pretendia referir-me. Para que o político decida, em termos partidários — a liderança de que emerge — para que o político possa, realmente, compreender as alternativas, ele tem necessidade de fazer-se assessorar por uma constelação de técnicos, que o orientem e lhe explicitem o sentido das coisas. Pode haver, também, o risco de serem apresentadas as alternativas e ao político, pouco sensível, apresentar um projeto de compromissos, em que se embaralhem alternativas, absolutamente inviáveis. O político precisa ter uma assessoria que traduza para ele, em ortolalia jurídica, o sentido hermético daquela legislação técnica. E, aqui, isso já está acontecendo. Os partidos estão sendo cada vez mais assessorados. Não é verdade, Deputado Gama Lima Filho?

Francisco Gama Lima Filho — Perfeitamente.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Surgiria um problema: não haveria o perigo de esses assessores técnicos se transformarem em *eminences* e estarem decidindo?

Francisco Gama Lima Filho — Há sempre esse perigo.

Presidente — A chave do problema é estabelecer a relação entre o Executivo e o Legislativo.

Fernando Bastos D'Ávila — Está acontecendo, exatamente, que, dada a complexidade dos problemas, levados aos tecnocratas, o Executivo, cada vez mais, toma iniciativas sobre o Legislativo.

Francisco Gama Lima Filho — Cada vez mais. Há uma diminuição de interferência do Poder Legislativo no mecanismo decisório, na busca de múltiplas soluções para o governo.

Djacir Menezes — Isso é considerado como incapacidade crescente do Legislativo.

Presidente — Ele não tem meios, o Legislativo não sabe de nada, enquanto o Executivo tem todos os elementos.

Fernando Bastos D'Ávila — Tenho a impressão de que, inclusive, o Legislativo não tem acesso às grandes informações, nas quais se baseiam as decisões que são tomadas.

Djacir Menezes — Mas esse acesso, num Legislativo numeroso, com toda espécie de interesses ali representados, penso que viria incentivar elementos de ação puramente desagregadora.

Presidente — Mas é negativo esse número. Igualmente, o número daqueles elementos úteis e eficientes é pequeno. No Congresso, a grande massa não participa.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Falta uma certa organização no Congresso. Cito um exemplo: existe um Serviço de Documentação e Biblioteca, na Câmara, e outro semelhante, no Senado. Houve uma idéia de fundir os dois. Por uma questão, digamos, de ciúme (ou de burocracia), não foi feita a fusão e ficaram dois serviços paralelos trabalhando juntos, sem que isso signifique eficiência. Biblioteca e Centro de Informações deveriam estar no Congresso, Câmara e Senado, tanto mais que existe uma continuidade física no edifício.

Fernando Bastos D'Ávila — A questão em foco, a propósito do problema que levantou o Prof. Themistocles, foi encaminhada para uma forma de relacionamento entre Executivo e Legislativo. Um dos elementos indispensáveis ao bom relacionamento seria a possibilidade para o Legislativo de acesso à informação real. Os legisladores poderiam, por meio de seus assessores, compreender a racionalidade das propostas das alternativas. Isso supõe portanto um direito de acesso às fontes de informação.

Presidente — Mas eu acho que isso eles têm.

Fernando Bastos D'Ávila — O senhor acha que os legisladores têm acesso às grandes informações que fundamentam os grandes projetos que, de repente, explodem no Congresso?

Presidente — Inclusive convocação de ministros, etc.

Fernando Bastos D'Ávila — Tenho a impressão de que quando o ministro é convocado, o assunto já está decidido.

Presidente — Isso é outra coisa, isso é problema político, já é outro problema.

Antônio Garcia de Miranda Neto — E o Judiciário teria algum papel nessas considerações políticas?

Presidente — Não.

Francisco Gama Lima Filho — Posso registrar mais uma motivação no debate, Prof. Themistocles?

Considero esta terceira pergunta a que contém, talvez, a maior série de estímulos ao nosso pronunciamento, porque de fato o processo tecnocratizante está invadindo a ação decisória e debilitando a democracia já vacilante. Esta é uma afirmativa. Agora, na indagação, nós dizemos "condicionado pelo industrialismo cada vez mais acelerado" e aqui eu desejaria fazer uma ponderação. O que está ocorrendo, com relação a alguns possíveis tecnocratas ou tecnocratizantes, é a sedução do poder, é a atração do poder, a atração do mando, sem origem naquele procedimento comum, que é a filtragem da estruturação política advinda das eleições. Parece-me que o mais delicado problema, porém, é que a experiência da humanidade,

no campo da democracia, ainda é muito recente. Então, o que estamos percebendo é a tendência autoritarista do homem no exercício do poder, que o está levando à busca dessas fórmulas antidemocráticas. Porque são antidemocráticas, se não resultam de uma ausculta política, de uma verificação de todos os aspectos que a sabedoria política estaria a exigir. Isso nós estamos sentindo, essa debilidade crescente da democracia, à vista da invasão "tecnocratizante".

O Pe. Bastos D'Ávila, com a colaboração do Prof. Themistocles Cavalcanti, antigo constituinte, que apenas ficou na política por dois anos (e é pena que ali não tivesse continuado para nos ensinar mais ainda), sabe que o que nós estamos percebendo, na realidade, é esse distanciamento entre as informações e a realidade dos processos. Então, por sua estrutura, pela complexidade de serviços, pela riqueza de informações, por dispor, a qualquer momento, de tudo o que o IBGE pode fornecer no prazo de algumas horas, ou de qualquer outro serviço de computação — com rápidas informações conseguidas pela cibernética — enfim, com toda uma série de fórmulas, o Executivo leva uma vantagem sobre o Poder Legislativo. Afora isso, o Legislativo teve cada vez mais diminuída sua capacidade de propor na conjuntura histórica. Há uma situação delicada, que tem que ser vista não em função de um mandato pessoal, mas dentro de uma estrutura partidária. É fundamental que se evite essa invasão tecnocratizante, que cada vez mais se acentua, e pode prejudicar seriamente o País.

Fernando Bastos D'Ávila — Acho que essa terceira pergunta seria mais bem formulada se, no final, ao invés de "debilitando a estrutura já vacilante da democracia", explicitasse claramente a idéia "encaminhando para formas inauditas de totalitarismo".

Francisco Gama Lima Filho — E imprevisíveis.

Fernando Bastos D'Ávila — Porque nesse "debilitando a estrutura já vacilante da democracia", envolvemos no debate essa noção de democracia que hoje dá cobertura a tantos equívocos...

Djacir Menezes — Estava me lembrando daquela afirmação de Alexandre Herculano, quando dizia: "Não sou democrata, porque sou liberal." Recusava-se a aceitar um critério que permite que, por uma simples questão quantitativa de sufrágios, transforme-se o regime no seu oposto. O processo de realização da democracia só pode existir através de elites políticas cientificamente capazes. Quer dizer, todos nós concordamos em que devem governar os melhores. É uma solução aristocrática, no bom sentido da palavra, segundo a voz grega, pois os aristeus são produto da educação. A verdadeira solução será, num aparente paradoxo, uma democracia aristocrática, isto é, uma democracia em que as elites mais capazes e de horizontes mais largos possam influir no processo decisório. A dificuldade é atribuir a escolha dos melhores à massa, facilmente guiada pelos *meneurs* da política facciosa.

Fernando Bastos D'Ávila — Eu não queria entrar nesse desafio...

Presidente — Mas hoje existe a democracia social, a democracia popular, o que é a negação da própria democracia. A democracia é a participação do povo na formação do povo. Esta é a verdadeira noção de democracia.

Djacir Menezes — Nós temos que conciliar isso com a mediocridade dos propósitos.

Francisco Gama Lima Filho — A mediocracia...

Fernando Bastos D'Ávila — Esta conclusão da frase não alerta para os riscos do processo, que consiste em abrir portas para as formas mais absorventes do totalitarismo.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Mas isso foi um belo eufemismo, debilitar o que já está debilitado. Permitir que o poder caia em outras mãos.

Presidente — Mas o livro do Hammon propõe a democracia totalitária; Babeuf sustentava a democracia totalitária.

Antônio Garcia de Miranda Neto — A Rússia declara-se uma democracia...

Francisco Gama Lima Filho — República democrática popular.

Fernando Bastos D'Ávila — O totalitarismo me parece o grande risco, porque resulta naquela absoluta alienação do povo à qual nos referimos. Tenho a impressão porém de que o problema levantado agora pelo Prof. Djacir Menezes é muito grave, muito complexo.

Djacir Menezes — É certo que é uma situação vacilante. Agora, pergunto: qual a saída democrática para isso.

Fernando Bastos D'Ávila — Acho que seria objeto de outro simpósio.

Antônio Garcia de Miranda Neto — As áreas da democracia estão cada vez menores na superfície do planeta.

Francisco Gama Lima Filho — E uma democracia que é tão jovem...

Djacir Menezes — Evidentemente, o problema é mundial, não é só brasileiro.

Francisco Gama Lima Filho — É contemporâneo.

Djacir Menezes — Naturalmente, é o panorama mundial que estamos vendo e não só o brasileiro. As formas democráticas enfraquecendo-se com o avanço da tecnologia. Podemos mesmo observar os choques que tem recebido a democracia americana, ultimamente. Mas oriundos de quê?

Presidente — Item 4. Concorda com a tese de que: a hipótese tecnocrática, na essência, não é a formulação teórica da oligarquização do racionalismo científico, ou melhor, do conhecimento tecnológico?

Fernando Bastos D'Ávila — Creio que se trata apenas de um outro modo de formular o que já explicitamos sobre o conhecimento tecnológico como segredo de uma oligarquia no poder, que dá, realmente, fundamento à hipótese tecnocrática.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Seria uma ética científica, portanto subordinada à ciência.

Djacir Menezes — Como ajustar a tecnocracia às estruturas democráticas? A resposta devia ser também interrogativa. Como ajustar a tecnocracia às estruturas democráticas conhecidas? Esta seria a resposta ao item 4, também interrogativa.

Fernando Bastos D'Ávila — Acho que a tecnocracia é inajustável à democracia, mas a tecnologia sim.

Djacir Menezes — Reformulando a pergunta, eu diria: como ajustar a tecnologia às estruturas democráticas conhecidas?

Presidente — A tecnocracia, por definição, é inajustável.

Djacir Menezes — Sim, porque a tecnocracia já implica ação no poder. O *Kratos* aí resolve.

Fernando Bastos D'Ávila — Quem está no poder não é o *demos*, mas o técnico.

Presidente — Item 5. O desenvolvimento tecnológico importa o aumento de importância da participação do técnico na solução dos problemas nacionais. Em que termos se afirma o poder de *decisão* do técnico nesse sistema? Pode-se qualificar essa participação dos técnicos de tecnocracia?

Antônio Garcia de Miranda Neto — Em parte, já está respondida. Quando os técnicos oferecem soluções alternativas, logicamente, é preciso que o político escolha uma dessas e não faça confusão, criando um projeto inexeqüível. Muitas vezes o político não estuda as conseqüências; vai escolher simplesmente o projeto que esteja mais de acordo com interesses regionais ou partidários.

Djacir Menezes — Então ele retirou a decisão do técnico.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Retirou uma decisão, mas em parte, porque as opções e as alternativas continuam válidas.

Presidente — Mas serão todas as questões, todas as soluções?

Antônio Garcia de Miranda Neto — Não. Numa solução de barragem, numa solução de estrada, de urbanismo, os técnicos podem oferecer alternativas válidas, e que impõem implicações humanas e sociais diferentes. É preciso que se tenha sensibilidade para escolher.

Fernando Bastos D'Ávila — Não creio que haja decisões, hoje, que não tenham implicações sociais. Não há decisão puramente tecnológica. Uma barragem não é uma decisão puramente tecnológica. Ela tem implicações sociais e humanas. O técnico pode então oferecer alternativas de impactos sociais diferentes, deixando ao político o poder de optar. Podemos mesmo imaginar um processo no qual a iniciativa parta do político, que propõe a meta e delega ao técnico sua formulação científica e técnica.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Há um livro muito interessante, deste ano, sobre a experiência das novas cidades da Inglaterra. A Inglaterra construiu várias cidades e todas estão com os mesmos problemas de Brasília: não funcionam como deveriam. Foram projetadas na prancheta, sem se levar em conta os componentes humanos. São cidades sem alma.

Fernando Bastos D'Ávila — Não quero entrar em detalhes, mas não diria que Brasília não funciona. De Brasília desponta muita coisa de uma cidade do futuro. Mas isso é uma questão à parte.

Djacir Menezes — É uma poesia do computador.

Francisco Gama Lima Filho — Essas duas perguntas aí incluídas foram por nós abordadas. O desenvolvimento tecnológico importa maior participação do técnico na solução dos problemas nacionais? Sim, é a resposta. Em que termos se afirma o poder de decisão do técnico nesse sistema? Apresentando sugestões ou impondo uma solução apenas. Nesse caso, pode-se identificar a tecnocracia.

Fernando Bastos D'Ávila — Eu diria ainda mais: ou dando formulação técnica a prévias opções políticas. É uma outra alternativa.

Presidente — Eu não chegaria a esse exagero. Acho que pode haver uma área, dentro do sistema democrático, em que o técnico pode resolver sem necessitar de opções. Há problemas técnicos que somente uma solução técnica resolve, porque a solução política, muitas vezes, é uma solução de interesses. E nós temos alguns exemplos. Temos a famosa estrada de São Luís a Caxias, não sei se conhecem. É uma estrada imensa, uma das maiores do Brasil, que quase chegou até Minas Gerais e voltou, para atender interesses políticos. Nós temos alguns exemplos de estradas de rodagem, de estradas de ferro construídas por critérios políticos, puramente.

Fernando Bastos D'Ávila — Mas no traçado da linha não houve interferência nem da técnica, nem da ética.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Às vezes há o interesse de atender algumas áreas, outras de aumentar percursos, para o empreiteiro ganhar mais.

Fernando Bastos D'Ávila — O traçado não foi feito à base de alternativas técnicas, mas exclusivamente por pressões políticas. Acho, Prof. Themistocles, que devíamos ventilar melhor este ponto. Tenho a impressão de que hoje não há alternativa que seja puramente técnica. Acho, como disse, que todas elas têm implicações humanas, sociais.

Francisco Gama Lima Filho — O exemplo de Itaipu se encaixa bem aí. Quantas implicações sociais, humanas, econômicas, políticas etc.?

Fernando Bastos D'Ávila — Inclusive internacionais. Acho que, uma vez aceita determinada opção, há toda uma série de formulações técnicas, de equacionamentos técnicos, mas nenhuma grande alternativa hoje pode ser puramente técnica. É questão de exercitar a imaginação. Busquemos um exemplo.

Presidente — Itaipu, por exemplo, se nós fôssemos discutir, nunca teria sido feito.

Fernando Bastos D'Ávila — Voltando ao problema já levantado, relativo ao relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, a realidade hoje é que, de fato, o Executivo também é, cada vez mais, órgão de decisão política. Itaipu foi uma obra de opção política que partiu do administrativo.

Presidente — Com a aprovação, depois, do Legislativo.

Francisco Gama Lima Filho — E o acordo nuclear de Bonn. Esse, aliás, teve uma dupla conotação, porque houve boa assessoria política. O Brasil todo está vibrando de entusiasmo, seja qual for o seu colorido político, com essa afirmação. De modo que estou de acordo com o Pe. D'Ávila.

Presidente — Não se pode dizer que passa a haver tecnocracia, pelo fato de não ter havido a opção política.

Djacir Menezes — E como se deve estabelecer a hierarquia, dentro do aparelho tecnocrata?

Antônio Garcia de Miranda Neto — Quem planeja é o planejador, no fundo é isso.

Djacir Menezes — O político, então, traça a hierarquia dentro do aparelhamento...

Francisco Gama Lima Filho — Aí estaria uma resposta. Teoricamente, essa hierarquia teria que ser à base de valores, não é?

Djacir Menezes — Teriam que ser ouvidos os homens da sabedoria...

Antônio Garcia de Miranda Neto — Mas quem lê os Anais da Câmara, do Senado e de outros órgãos legislativos tem às vezes uma lição de sabedoria muito frouxa.

Fernando Bastos D'Ávila — Não sei, sabem? Eu estou fazendo uma longa pesquisa sobre a participação do clero no processo legislativo brasileiro. Realmente, nesse campo de observações, fixando só os pormenores, as coisas aparecem extremamente mesquinhas, extremamente episódicas. Mas atentando para o conjunto, percebem-se grandes linhas que começam a exprimir uma sabedoria como, por exemplo, essa linha da supremacia da lei sobre a força. No conjunto emergem grandes princípios de sabedoria submersos na melancólica sucessão de episódios mesquinhos.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Mas alguém perguntará que lei e que força, no caso de uma alienação totalitária. Haveria sempre um direito positivo, haveria uma "lei" totalitária. Esse direito positivo é válido ou haverá um certo "direito natural"?

Fernando Bastos D'Ávila — Isso foi objeto daquele primeiro simpósio.

Antônio Garcia de Miranda Neto — O Processo de Nuremberg, a Rússia...

Francisco Gama Lima Filho — Realmente, com base técnica ou tecnológica, a hierarquia deveria existir à base de valores, de seleção, psicotécnico, aptidões, tendências, toda uma série de pormenores. Mas é o caso de se perguntar: isso existe? Reparemos que nas tentativas de caráter tecnocrático também há a influência humana, há o trato pessoal, há alguém que procura colocar o seu irmão ou o sobrinho como auxiliar técnico de modo que no fim há a mesma impregnação. Diz bem o Prof. Djacir Menezes, a escolha dessa hierarquia deveria ser feita pelo político, porque não se pode fugir à realidade do trato pessoal.

Djacir Menezes — Agora refletindo melhor sobre a sétima pergunta, considero esse "dividindo-se" inadequado.

Francisco da Gama Lima Filho — Seria "admitindo-se", talvez. "Dividindo-se" não faz sentido, parece-me.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Incentivando-se, ou promovendo-se, ou admitindo-se.

Francisco Gama Lima Filho — Talvez mudando a palavra "tecnocratas" — quem sabe por técnicos, ou especialistas, como assessores, nas diversas alternativas — seria melhor?

Djacir Menezes — Eu penso que esses termos "exeqüíveis" seriam aqueles mencionados pelo Pe. D'Ávila e que, parece-me, foram aceitos. O técnico elabora alternativas e o político opta.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Às vezes até o técnico oferece uma opção política do ponto de vista técnico. Aliás, essa palavra "técnico" é engraçada. Está acabando o "abuso de seu uso". Antigamente, se dizia técnico de administração, agora se diz administrador...

Fernando Bastos D'Ávila — Nesse "processo de humanização", eu acrescentaria alguma coisa. "Em que termos seria exeqüível um processo de humanização da tecnocracia?" Acho que aqui, digamos assim, existe também uma dimensão ética.

Djacir Menezes — É tecnologia, porque tecnocracia já implicaria ser o técnico incrustado na estrutura de comando.

Francisco Gama Lima Filho — E tomada do poder.

Fernando Bastos D'Ávila — Como eu dizia, esse processo tem também uma dimensão ética. Não imagino que a ética se situe só na consciência do político. Acho que a ética, em termos do que se chama hoje de deontologia profissional, é também uma exigência que incumbe ao próprio técnico.

Djacir Menezes — Hoje, aceito a tese, mas antigamente não aceitava esses pseudópodos da ética.

Fernando Bastos D'Ávila — A partir de uma deontologia profissional, também ele elabora suas alternativas, sob a influência de valores éticos.

Djacir Menezes — Mas há aqueles que se gabam de estar completamente neutros, diante de qualquer evidência axiológica.

Fernando Bastos D'Ávila — Eles se gabam da eficácia. Neutralidade axiológica e eficácia tecnológica. Mas eu creio que a humanização da tecnologia residiria numa enfatização da deontologia profissional, da moral profissional, da ética profissional e o técnico, evidentemente, que é educado dentro desses valores, não propõe uma alternativa louca, como a de massacrar velhos... Isso está fora da perspectiva do técnico, porque ele também trabalha com critérios éticos.

Presidente — A palavra "humanização", no caso, parece um pouco...

Francisco Gama Lima Filho — É um pouco difícil se ajustar humanização a tecnocracia.

Fernando Bastos D'Ávila — E sabe por que, Prof. Themistocles? Porque a posição do tecnocrata é a seguinte: "Que solução mais humana do que a

solução mais racionalmente equacionada?" Que melhor solução do que a solução mais eficaz?

Mas o professor estava estranhando o termo "humanização"...

Francisco Gama Lima Filho — A humanização da tecnocracia. Eu penso que há um antagonismo dentro da própria pergunta.

Djacir Menezes — Tecnologia.

Francisco Gama Lima Filho — Sim, da tecnologia.

Fernando Bastos D'Ávila — Mas, onde é que está prendendo a frase, a idéia?

Presidente — Eu acho pouco, acho que não diz tudo, mas vamos deixar assim mesmo.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Se a tecnologia se humanizasse, ninguém seria...

Francisco Gama Lima Filho — A tecnocracia é que não parece ser humanizável, de forma alguma. Agora, a tecnologia, quem sabe? A meu ver, pode, e muito, servir à política, à administração, ao desenvolvimento.

Antônio Garcia de Miranda Neto — A tecnologia é neutra. Mas seria absolutamente impossível resolver esses problemas imensos com que defrontamos sem a tecnologia.

Francisco Gama Lima Filho — A tecnologia pode receber sensibilidade política, noção de valores humanos, conceitos éticos, relacionamento. O "tecnocrata" é diferente: se precisa eliminar 10 mil, elimina-os, para solucionar o problema de outro 10 milhões. Aritmeticamente, está certo. A pessoa humana e seus valores pode para ele nada valer, desde que atinja seus objetivos.

Presidente — Foi por isso que quando fundamos a Faculdade de Ciências Econômicas, bati-me, contra a opinião de muitos, pela inclusão, no currículo, de psicologia, direito e sociologia. De maneira que todos esses economistas que estão por aí estudaram essas matérias.

Outro dia, o Chacel me dizia dos benefícios que o Prof. Villey — aquele francês que esteve aqui, historiador da economia e filósofo — fez aos alunos, com as aulas de filosofia que dava; até hoje Chacel não esqueceu.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Quando fundamos a Faculdade de Economia, havia duas correntes, a corrente dos engenheiros e a corrente dos bacharéis. Acabaram em uma harmoniosa união.

Djacir Menezes — É autor de um livro...

Presidente — ...sobre história das doutrinas econômicas.

Fernando Bastos D'Ávila — Vemos, agora, a importância de enfatizar os problemas éticos, na formação dos técnicos. Um técnico que se forma hermeticamente, exclusivamente dentro de sua especialidade, perde a dimensão humana.

Francisco Gama Lima Filho — É o especialista na produção de "cabeças de alfinete".

Presidente — Mais algum aditamento?

Francisco Gama Lima Filho — Sr. Ministro, o aditamento que desejo aqui fazer é de cumprimentos pela promoção. Parece-me que ficou implícito, na palavra do Prof. Djacir Menezes, a perspectiva de realização de outro seminário, com especialistas, evidentemente, outro no meu lugar, a fim de dar continuidade a esse magnífico trabalho. Há, inclusive, uma tese muito interessante do Pe. D'Ávila: a tecnocracia é tão poderosa, na sua evolução, que as próprias ideologias, as próprias estruturas atuais desaparecem, dentro dessa nova diretriz, quase teratológica.

Djacir Menezes — Essas proposições foram revistas e melhoradas pelo presidente do INDIPO. Há proposições aqui que têm um sentido mais afinado e devo essa afinação ao Ministro Themístocles Cavalcanti.

Presidente — Não.

Francisco Gama Lima Filho — Este registro, pretendia fazer, no final. O Ministro Themístocles Cavalcanti continua sendo nosso grande professor.

Antônio Garcia de Miranda Neto — Sr. Ministro, faltou, aqui, o representante da tecnologia, o Prof. Glycon de Paiva. Seria interessante que ele pudesse enviar alguma coisa por escrito.

Djacir Menezes — De todas as mesas-redondas havidas no INDIPO, neste ano, esta foi a que chegou a conclusões mais positivas em relação aos itens apresentados.

Presidente — O Prof. Djacir Menezes deseja acrescentar mais alguma coisa?

Djacir Menezes — Penso que já se discutiu, concretamente, toda a matéria. Esse item 3 irradiou-se nos outros.

Francisco Gama Lima Filho — Numa homenagem ao Ministro Themístocles Cavalcanti, já que V. Exª está encerrando nossa mesa-redonda, devo dizer que percebi um consenso, uma unanimidade, sem que tivéssemos, previamente, ajustado nossos relógios, no plano do humano, do valor, do *ethos*.

Agradeço a oportunidade de participar ao lado de tão ilustres amigos, de tão expressiva troca de idéias.

Presidente — Agradeço a presença de todos os amigos, Pe. D'Ávila, Deputado Gama Lima Filho, Prof. Antônio Garcia de Miranda Neto e Prof. Djacir Menezes, nesta mesa-redonda.

Djacir Menezes — O subcomandante.

Presidente — Muito obrigado a todos. Está encerrada nossa reunião.